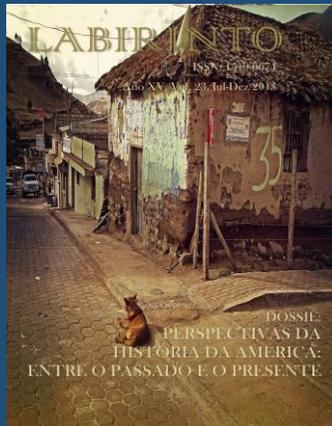


UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDO E PESQUISA DO
IMAGINÁRIO SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ANO XV
VOLUME 23
(JUL-DEZ)
2015
PP. 22-64.

OCULTAÇÃO INDÍGENA NA GUERRA DO CHACO (1932-1935) (INDIGENOUS OCCULTATION OF CHACO WAR (1932-1935))

ANDRÉ HENRIQUE ELTZ

Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso
andreeltz@yahoo.com.br

RESUMO: O presente ensaio aborda a guerra do Chaco, conflito bélico entre a Bolívia e o Paraguai (1932-1935) ocorrido em um território distante das principais cidades dos dois países, a partir da ocultação indígena observada nas narrativas de alguns autores que escrevem sobre o tema. Através de análise bibliográfica e documental pretendemos discutir algumas obras historiográficas que fazem essa ocultação.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra do Chaco, Bolívia, Ocultação Indígena.

ABSTRACT: This essay deals with the Chaco war, armed conflict between Bolivia and Paraguay (1932-1935) occurred in a distant territory of the major cities of both countries, from the indigenous occultation observed in the narratives of some authors who write about the theme. Through literature and document analysis we intend to discuss some historical works that make this occultation.

KEYWORDS: War of the Chaco, Bolívia, Indigenous occultation.

A guerra do Chaco foi um conflito travado entre Bolívia e Paraguai durante os anos de 1932 e 1935. As fronteiras da região não foram muito bem definidas pelo colonialismo espanhol, e, durante o processo de independência do que viria a ser a Bolívia e o Paraguai, cada um queria a maior parte da região do Chaco para si. O conflito deixou um saldo de aproximadamente 60 mil bolivianos e 30 mil paraguaios mortos, tendo resultado na derrota dos bolivianos e a perda e anexação de parte de seu território pelos paraguaios. A derrota militar da Bolívia frente ao Paraguai impôs ao país, além da perda de um pedaço do território, a impossibilidade de ligação com o oceano Atlântico via Bacia do Prata.

Trata-se de um conflito entre os dois países mais pobres da América do sul, no qual houve um intenso contato entre “brancos” e grupos indígenas, provocando importantes transformações em ambas as culturas¹.

Para um melhor entendimento sobre o conflito faz-se necessário apresentar alguns aspectos das sociedades boliviana e paraguaia, e um pouco das relações que envolviam os dois países no século XIX e início do século XX, principalmente no que tange as discussões fronteiriças.

Nas primeiras décadas do século XX, a sociedade boliviana continuava, em muitos aspectos, não muito diferente dos anos da independência e dos tempos coloniais. A maior parte da nação pertencia ainda ao sistema agrário latifundiário, às grandes propriedades, às *haciendas*, servindo como força de trabalho e prestando serviços pessoais aos patrões em condições de exploração, a *pongueaje*. Essas condições de trabalho eram características das terras altas, da região do altiplano boliviano, sendo que nas terras baixas, na região do Chaco, as comunidades indígenas tinham sua própria forma de organização, não seguiam as mesmas características do altiplano.

Fazendeiros, proprietários de minas, industriais, comerciantes, todos formavam uma oligarquia estável e com respeitável poder político, dirigiam a vida econômica e política da nação. A partir dos anos 1880, a política nacional sofreu profundas mudanças com a entrada dos partidos liberais à frente do governo, modificando o quadro de regimes caudilhistas que se alternavam no poder desde os primeiros anos republicanos. O Partido Liberal foi responsável pelo processo de modernização do país, incorporando a Bolívia ao mercado mundial. Segundo Lorini (2006, p. 65), muitas foram as transformações que possibilitaram

tal fato, dentre elas, a modernização da infraestrutura de comunicações e transportes e o aumento da produção de minerais, estanho principalmente. A indústria da mineração de prata vinha de um longo processo de crise durante o século XIX, portanto, necessitava-se reorganizar para continuar viva. A nova elite mineira, aliada aos governos liberais, procurou desenvolver a indústria da mineração através da modernização da maquinaria e da mecanização dos transportes para escoar a produção. Para a referida autora, o sentimento nacionalista e de pertencimento à nação boliviana não se deu de maneira homogênea. Coube apenas à elite política e social com suas ideias de progresso baseadas nas correntes de pensamento liberal europeias. Ou seja, a integração nesses primeiros anos do século XX não se daria por todos os rincões da república e nem para toda a população:

¿Cómo fueron la sociedad y cultura bolivianas de esa época? Dadas las características de esta República por aquellos tiempos, la sociedad y cultura boliviana se movieron en un ámbito muy estrecho. La cultura dominante fue la de los arriba, pero la

magnitud de ésta no traspasó sus fronteras, es decir, fue muy limitada. (LORINI, 2006, p. 64).

Além do crescimento do setor de minerais e sua estrutura de funcionamento, cresceram, ainda, o comércio agrícola e os grandes centros urbanos, porém, o tradicional pensamento continuou dominando as elites governamentais, que mantinham uma visão paternalista perante os povos indígenas. A ideia de “civilizar” os indígenas ainda era perpetuada, agora, no pensamento das elites liberais. Essas elites instauraram, a partir de 1900, uma lei para regular a educação nas escolas dos centros urbanos e rurais, a fim de uniformizar os métodos de ensino em todas as instituições educativas do país, inclusive as particulares. Além disso, com o novo modelo de governo e o avanço do capitalismo na sociedade boliviana, seria necessária uma melhor preparação da mão de obra, portanto, pensar o melhoramento e ampliação do sistema educativo seria uma das prioridades dos liberais. Essas medidas tinham a intenção de consolidar a nação boliviana que, nesse momento, se apresentava estratificada nas tradicionais divisões sociais do discurso oligárquico do século XIX - no qual, de um lado,

posicionavam-se os “brancos” e mestiços e, do outro, os povos indígenas.

Com a ausência de uma economia diversificada na Bolívia neste momento, a indústria da mineração sofreu uma grande contração devido à crise econômica mundial desencadeada pela quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929. Dessa forma, nos primeiros anos da década de 1930, o país estava afundado numa profunda crise. Caracterizada por uma constante instabilidade política desde sua independência, a Bolívia lograva uma admirável estabilidade a partir dos anos 1880, com a aplicação do modelo liberal de governo que se estende até os anos da guerra. Porém, era uma nação atrasada, e, para Klein, ainda uma oligarquia:

No solamente Bolivia en 1930 era una nación económica y socialmente atrasada, sino que su estructura política era igualmente retardada. A pesar de su apariencia constitucional de gobierno democrático representativo, Bolivia, pese a todas las intenciones y propósitos, era una oligarquía. (KLEIN, 2002, p. 194).

Com as eleições de 1931, Daniel Salamanca chegou ao poder com apoio da maioria dos partidos tradicionais, carregando a imagem de um homem símbolo e com grande capacidade de governar o país. No entanto, seu governo iniciou de forma conturbada. Algumas medidas estabelecidas, como a afirmação de que o problema da nação não era a crise e sim o comunismo, proporcionaram-lhe uma forte oposição. Além disso, Salamanca foi perdendo apoio de seus aliados no Congresso.

Em relação ao Chaco, o mandatário propôs ao exército um plano de penetração do território por conta das conturbadas relações fronteiriças com o Paraguai, que já se estendiam há décadas. Para Salamanca, a Bolívia devia dominar essa região em conflito, a presença militar nessa área era inquestionável, por isso, sua célebre frase “pisar fuerte en el Chaco” (MESA, 2008, p. 453). Suas ações de aumentar a presença militar no território chaquenho são consideradas por alguns críticos como “passar da situação defensiva para ofensiva” (PUENTE, 2011, p. 383). O envolvimento da Bolívia em mais um conflito bélico, após a derrota contra o Chile e na questão do Acre, despertava na sociedade sentimentos de esperança diante desses dois recentes fracassos históricos pelo qual passou o povo boliviano.

Salamanca aparece nesse momento, mesmo que por um curto período de tempo, como a figura de um governante que possibilitaria uma vitória à Bolívia, que devolveria ao país sua fé em si mesmo. Ele estava à frente do poder como o Salvadorⁱⁱⁱ da nação, “um herói que capta em torno dele todos os fervores da esperança coletiva” (GIRARDET, 1987, p. 66).

Com discussões diplomáticas infrutíferas e os dois países aumentando suas forças militares na região, a diplomacia internacional entrou em cena para tentar evitar o conflito que se desenhava, a Sociedade das Nações e a Comissão de Neutros^{iv} exerceram pressão para entrar nas negociações. Os Estados Unidos, encabeçando a Comissão, conseguiu a adesão de 19 países do continente e, em conjunto, declararam que não reconheceriam as aquisições territoriais obtidas pela força das armas. Contudo, as negociações com a diplomacia internacional não foram suficientes para evitar o conflito. Em agosto de 1932, em sessão no Congresso, Daniel Salamanca anunciava a suspensão dos esforços de mediação com o Paraguai e decretava uma mobilização geral da nação em apoio ao conflito que se iniciava, ordenando ainda operações militares em grande escala no Chaco.

Em fins da década de 1920, os dois governos decidiram sentar domínio sobre o território, instalando fortes militares como defesa de suas fronteiras:

Así empieza una disputa por ganar la mayor posesión posible de territorio en conflicto con más fortines militares. Durante el Gobierno de Hernando Siles (1924-1928), Bolivia establece los fortines Sorpresa, Tinfunqué, Alihuatá Arce y Cuatro Vientos, al Sur y al Norte Paredes, Pando, Vitrones y Vanguardia, [...] (PUENTE, 2011, p. 381).

A situação econômica do Paraguai em inícios do século XX não era muito diferente da Bolívia. Um país, também, muito pobre economicamente, o Paraguai entrava no século XX destruído pela guerra da Tríplice Aliança (1865-1870). Para Dalla-Corte (2007, p. 486), as terras do Chaco foram utilizadas como moeda de troca para contratação de empréstimos internacionais utilizados pelo governo do Paraguai para enfrentar a crise instaurada pela guerra da Tríplice Aliança. Nesse sentido, Dalla-Corte destaca o grande interesse da

Argentina em expandir sua soberania territorial ao norte do rio Pilcomayo. A venda de terras fiscais pelo governo paraguaio a empresas privadas como processo de recuperação de sua economia foi o carro chefe da ocupação territorial do Chaco na região ocidental do rio Paraguai. A figura central do processo de privatização das terras do Estado foi o espanhol Carlos Casado del Alisal. Radicado na Argentina, na cidade de Rosário, possuía comércio de importações e exportações, além de ser empresário do setor bancário. Carlos Casado não era membro da elite Argentina, ele se aproximou dessa elite por meio de seu casamento com Ramona Sastre Aramburu (DALLA-CORTE, 2007, p. 488).

De acordo com Dalla-Corte (2007, p. 487), a constituição paraguaia, após a guerra da Tríplice Aliança, ditava que os territórios localizados a oeste do rio Paraguai poderiam ser protegidos pela iniciativa de particulares, uma espécie de segurança jurídica privada, consolidando, assim, a soberania paraguaia sobre essas terras. Foi a partir dessa legislação que Carlos Casado, na década de 1880, expandiu seus empreendimentos até o Paraguai. Possuidor de uma grande quantidade de terras nas províncias argentinas de Santa Fé, Buenos Aires e Córdoba, Casado apoderou-se das terras mais produtivas do Chaco paraguaio onde fundou uma

fábrica de tanino chamada de “La Hispano-Paraguaya”, localizada em Puerto Casado. Na legislação que previa a venda de terras, existiam restrições quanto à compra dos lotes para que não se estabelecessem latifúndios, porém, Carlos Casado utilizou-se de “testas de ferro” para acabar arrematando grande quantidade de terras, estabelecendo latifúndios (DALLA-CORTE, 2007, p. 499). Com seu falecimento em 19 de junho de 1899, Carlos Casado deixou um testamento dividindo seus bens entre sua esposa e filhos. A família herdou grande quantidade de terras na Argentina e no Paraguai. Sobre as terras no Paraguai, escreve Dalla-Corte: “En el Chaco paraguayo, Casado poseía unas 2,609,5 L/c que pasaron a pertenecer, a diferencia de los bienes argentinos, a todos sus sucesores, es decir, Ramona Sastre e a los hijos e hijas[...] (DALLA-CORTE, 2007, p. 504). As propriedades de Carlos Casado se estendiam das margens do rio Paraguai até a região central do Chaco, região em disputa durante a guerra de 1932. Dalla-Corte (2007, p. 510-512) destaca ainda que 72% das terras herdadas estavam no Paraguai, o restante em Rosário. Além disso, a Associação Patriótica Espanhola era também dona de terras na região do Chaco, pois havia recebido doações de Carlos Casado em 1896.

Portanto, para Dalla-Corte, o empresário Carlos Casado foi um típico representante da construção da modernidade do país. Detentor de terras em grande parte do Chaco paraguaio, construiu quilômetros de ferrovias que ligavam Puerto Casado ao interior chaqueño. Desse modo, a autora entende que a guerra foi uma estratégia econômica no sentido de unificar o espaço nacional e o controle do território apoiado na privatização das terras da região.

A superioridade paraguaia em prover rapidamente mantimentos aos combatentes nas linhas de frente, como foi apontado por Zavaleta (2008, p. 190), se deve em grande parte pela influência do avanço das empresas privadas na região, principalmente a de Carlos Casado.

Por sua vez, a Bolívia tinha muitos problemas para colocar seus soldados e víveres no Chaco. Desde o altiplano os soldados percorriam 800 Km de trem e mais 1000 Km de caminhões, trajeto que levava em torno de um mês. Por isso, enquanto os bolivianos levavam trinta dias para chegar à região de litígio, os paraguaios rapidamente se deslocavam até lá, em torno de três dias (DALLA-CORTE, 2010, p. 107).

Quando cita Puerto Casado, Dalla-Corte fala da presença de missões salesianas e das colônias

menonitas. Em finais do século XIX, se instalaram na região de Puerto Casado as colônias menonitas e as missões religiosas salesianas responsáveis pela evangelização dos indígenas locais. Segundo Torraca (2006, p. 14), o estabelecimento dos menonitas^v no Paraguai atendia às necessidades da questão litigiosa entre o Paraguai e a Bolívia. A instabilidade dos anos anteriores ao conflito levou o governo a elaborar um projeto migratório que garantisse a segurança das fronteiras através do estabelecimento de uma comunidade de origem europeia na região do Chaco. Os menonitas eram vistos como instrumento de legitimidade que garantia a soberania nacional do Chaco paraguaio.

Após a breve apresentação sobre a situação da Bolívia e do Paraguai e das discussões fronteiriças, abordaremos rapidamente as teorias que apontam as causas da guerra segundo a historiografia pesquisada, e também alguns aspectos teóricos a respeito de fronteiras.

Sobre o contexto do conflito, existem algumas interpretações que falam dos motivos da guerra. Entre as mais importantes, segundo Carlos Mesa (2008, p. 451-463), estão as teorias de uma guerra pelo suposto petróleo da região e da busca da Bolívia por uma ligação

fluvial e marítima com o resto do mundo. Além dessas duas hipóteses para as causas da guerra, a outra questão que norteia o conflito se refere às disputas territoriais de longa data entre os dois países beligerantes. Com a formação das duas repúblicas, os limites territoriais não foram muito bem definidos, pois, várias tentativas de se encontrar uma solução para a questão foram desenvolvidas ao longo do século XIX. Tratados foram discutidos entre os dois Estados sempre sem sucesso, ora a Bolívia não aceitava as condições, outrora o Paraguai. Na visão internacional, a importância do espaço disputado se dava mais em função das expectativas geradas em torno dos recursos potenciais existentes. Assim, entendemos que uma disputa territorial no sentido de definir os limites e intensificar a presença dos Estados na região se deve justamente aos dois primeiros motivos citados como causas da guerra. A possibilidade de existência de petróleo, não somente vista pelos bolivianos, mas também pelos paraguaios, e a saída para o oceano, buscada pela Bolívia, certamente influenciaram a movimentação dos dois Estados em função da disputa territorial.

Segundo Carlos Mesa, os limites internacionais da Bolívia estavam baseados nos títulos coloniais herdados

pela República e reconhecidos internacionalmente. O governo boliviano apresentava suas pretensões baseado em documentos da época colonial, considerando que suas fronteiras incluíam todas as terras da antiga Audiência de Charcas^{vi}:

Los límites internacionales de Bolivia en 1825 estaban referidos a los de la Audiencia de Charcas y se basaban en los títulos coloniales que heredó la República. Si bien es cierto que en algunos casos estos no eran de todo precisos, la soberanía jurídica de Bolivia sobre el chaco fue siempre reconocida en la cartografía internacional del siglo XIX y el XX hasta la guerra (MESA, 2008, p. 453).

No mesmo sentido, para o Paraguai, a principal tese defendida para as causas do conflito diz respeito às questões territoriais. Apresentando também documentação colonial, este país afirmava que o Chaco era região territorial pertencente a Assunção. A historiografia paraguaia pesquisada afirma que o Chaco é região do Paraguai desde os primeiros anos da colônia

espanhola. Bejarano (1959), em seus estudos sobre as expedições que transitaram pelo Chaco ao longo dos séculos após o a chegada dos espanhóis à América, procura comprovar que o lugar é posse paraguaia:

El chaco fue descubierto, explorado, conquistado, civilizado, defendido, colonizado y poseído por el Paraguay a fuerza de grandes sacrificios aun antes de 1536 hasta 1852, en que por primera vez Bolivia presentó reclamación. Hasta ese año el chaco era considerado netamente posesión paraguaya y nadie osaba discutirlo (BEJARANO, 1959, p. 31).

Demonstrando os dois lados da disputa, Dalla-Corte diz o seguinte:

La crónica ausencia de delimitación o demarcación del territorio entre la antigua provincia paraguaya con la Gobernación de Chiquitos y la Capitanía de Santa Cruz de La Sierra en la provincia altoperuana hizo que los gobiernos paraguayo y boliviano

plantearan sus reclamos de dos maneras distintas: el primero alegó una cuestión de límites, defendió la unidad geográfica entre la región oriental y la occidental, y planteó una ocupación histórica desde tiempos inmemoriales; el segundo incorporó la tesis de la soberanía territorial en una zona indeterminada que le correspondía de derecho por herencia colonial (DALLA-CORTE, 2010, p. 31).

A hipótese de disputas territoriais nos parece ser a mais convincente para as causas do conflito. As delimitações territoriais, segundo Souza (2009), são um fator importante para os modernos Estados-nação, pois, em sua formação no século XIX, a fronteira geopolítica era essencial, fazia parte do discurso de legitimação das elites responsáveis pela formação da nação.

Como se vê na formação dos Estados-nação mundo afora, os termos “território nacional” e “pátria” são utilizados ideologicamente para legitimar e trazer coesão aos países. No entanto, o termo “território”

utilizado no sentido de espaço geográfico onde um Estado exerce sua soberania é uma definição muito vaga para um termo que nos parece mais complexo. Souza (2009, p. 59) observa que “o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, ou seja, o território tem em primeiro lugar uma definição política. Entretanto, as relações de poder em um determinado espaço não separam os demais aspectos do território, o geográfico, o cultural e o econômico. Souza destaca que a “coisificação” do território faz parte do discurso do Estado, a fim de defender o nacional ao externo e de manter a união interna:

Exercendo sua soberania sobre geralmente vastas extensões de Terra, um Estado-nação se manifesta, político-geograficamente, como um país, [...], com seus recursos e suas riquezas. Exaltar esses recursos e essas riquezas, das jazidas de minérios às belezas naturais, sempre fez parte do discurso legitimatório de qualquer Estado-nação, ao lado da insistência naturalizante sobre a

“personalidade própria e indivisível” daquele espaço [...] (SOUZA, 2009, p. 62).

Portanto, o Estado-nação é uma grande fonte de poder de produção de delimitação geográfica em função de seus interesses.

Mas, o território é muito mais que simples delimitações lineares de espaços geográficos. O território é um espaço onde grupos exercem relações sociais complexas, onde esse espaço é constantemente transformado por essas relações. Assim, o espaço perpassado pelas relações de poder é o espaço vivido pelas experiências individuais e coletivas, ou seja, tem, sobretudo, um caráter humano. Segundo Roncayolo (1986), a identidade dos grupos provém mais da cultura, da produção do espaço através das relações sociais, do que do espaço físico propriamente dito. Pensando, então, no Estado com grande poder de territorializar espaços, em lugares onde o povoamento é mais contínuo, a tendência é que o Estado exerça um domínio mais forte, a fronteira tende para uma “linha ideal” (RONCAYOLO, 1986, p. 281). Porém, nos limites territoriais estabelecidos entre Estados onde supostamente o domínio é mais fraco, não se apagam a

multiplicidade das relações entre os dois lados. Conforme Sena, a “produção de espaço não gera necessariamente uma fronteira linear entre Estados, pois participam também dessa política de tomar áreas geográficas para si povos sem Estado, ou com vínculos frouxos com este [...]”. (SENA, 2013, p. 115).

A formação das fronteiras das nações americanas colonizadas pela Espanha e por Portugal foi produzida, portanto, pelos novos governos. Todavia, conforme observa Pamplona e Doyle (2008, p. 25), as novas elites governantes se apoderaram da máquina política e administrativa colonial, e, diante disso, a construção das novas fronteiras se deu à “imagem anterior de um território dado”. Como já foi dito anteriormente, Bolívia e Paraguai, em seus discursos em relação ao Chaco, se apoderaram de documentação dos tempos coloniais para pleitear a posse sobre o território em disputa. Sena (2013), destacando a grande influência das discussões de Claude Raffestin sobre “territorialização” e “fronteira”, nos atenta para que pensemos que a fronteira não é apenas espacial, ela também é temporal. Sena em sua análise sobre as fronteiras entre Brasil e Bolívia observa que:

Para a República da Bolívia e para o Império do Brasil, recorrer à antiguidade seria procurar um suposto fundamento superior localizado no passado colonial, como se tivesse acontecido um acordo indissolúvel, unânime e inquestionável entre as antigas metrópoles. Mas além de os antigos tratados nunca terem sido consolidados nas suas demarcações, eram frequentemente anulados [...] (SENA, 2013, p. 124).

A mesma análise pode ser utilizada para o caso das fronteiras entre as repúblicas da Bolívia e do Paraguai. Sendo as fronteiras não apenas espaciais, mas também temporais, ou seja, a fronteira é datada, entendemos que as documentações que os dois países utilizavam para defesa de seus territórios não serviam de garantia alguma.

Assim, a fronteira geopolítica traçada por delimitações espaciais, por sua vez, era algo que não fazia sentido algum para os povos indígenas habitantes do Chaco. Segundo Capdevila (2010, p. 12), as fronteiras

desses povos não são pensadas dessa maneira, a noção de separação por limites traçados não fazia parte do seu cotidiano, por isso, eles não viam a guerra da mesma maneira que os Estados nacionais.

Desse modo, as questões relacionadas à fronteira conforme foram discutidas nas linhas anteriores nos permitem pensar com mais segurança conceitos como a mestiçagem e a etnogênese. Estes conceitos estão diretamente relacionados à fronteira política e aos espaços vividos por povos que mantêm vínculos frouxos com os Estados (SENA, 2013, p. 115). Ainda, os dois conceitos em questão são determinantes para o entendimento da produção de espaço de povos fronteiriços, de maneira que esses espaços estão constantemente se modificando em função de contatos entre diferentes povos da mesma região e em função do contato com elementos externos.

CONCEITOS DE MISTIÇAGEM E ETNOGÊNESE

A aproximação mais intensa entre história e antropologia, como observa Almeida (2012, p. 153), se deu a partir das décadas de 1970 e 1980, sendo a história cultural o ponto de encontro entre as duas disciplinas,

em que a cultura é pensada em uma perspectiva histórica. Antes disso, as duas disciplinas tinham seus métodos e teorias demarcados em campos específicos de investigação. Os historiadores dedicavam-se às pesquisas empíricas fundamentalmente baseadas em fontes escritas para representar o passado de sociedades históricas. Os antropólogos, por sua vez, dedicavam seus estudos à cultura de povos considerados primitivos, a-históricos. (ALMEIDA, 2012, p. 152). Novos pressupostos teóricos e conceitos foram elaborados para a análise de contato entre povos cultural e etnicamente distintos. A antiga visão da historiografia na qual povos africanos e indígenas eram vistos como mão de obra e/ou vítimas do sistema, como seres passivos, não mais se sustenta. Na nova perspectiva histórico-antropológica, índios e africanos são vistos como sujeitos ativos nos processos históricos (ALMEIDA, 2012, p. 151). Assim, o antigo conceito de etno-história baseado no estudo da história de povos sem escrita passa a ter uma nova tendência. Os etno-historiadores devem utilizar as abordagens antropológicas e históricas de maneira integrada, pensando a história culturalmente e a cultura historicamente.

[...] o historiador procura ler as fontes com um olhar antropológico, buscando os significados das ações dos agentes a partir de suas próprias culturas; e o antropólogo procura compreender as culturas dos povos com um olhar histórico, entendendo-as como resultado de trajetórias e experiências vivenciadas por esses povos ao longo do tempo (ALMEIDA, 2012, p. 158).

Portanto, como observa Almeida (2012, p. 151), cruzar e articular informações e interpretações produzidas pelas duas disciplinas, analisando sempre o contexto histórico e valorizando a ação dos povos e indivíduos estudados, é o caminho que as abordagens interdisciplinares entre história e antropologia estão seguindo. Nessa nova trajetória proposta, identidades, categorias e classificações étnicas têm sido repensadas. A identidade não é mais vista como fixa, única e imutável.

Para pensar as ações dos povos indígenas das terras baixas do Chaco, utilizaremos autores que trabalham com conceitos que conseguem explicar que

as relações de poder não ocorrem apenas em um sentido. Boccara, em *Colonización, resistencia y mestizaje en las Américas (siglos XVI-XX)* (BOCCARA, 2002), e Ratto, em *Rompecabezas para armar: estudios de la vida cotidiana en un ámbito fronterizo* (RATTO, 2005), utilizam-se da interdisciplinaridade entre história e antropologia e dos conceitos de etnogênese e mestiçagem para explicar as trocas culturais no contato entre as diferentes culturas. Esses autores fazem uma releitura da história dos contatos coloniais e pós-coloniais na América a partir das estratégias desenvolvidas pelos próprios indígenas em função de uma nova conceitualização de fronteira, não mais como limite entre civilização e barbárie e sim como um território imaginado de circulação permeável. Essa tendência reinscreve as realidades indígenas em seu contexto, demonstrando as reconfigurações étnicas e as reformulações identitárias, além disso, define a etnogênese e a mestiçagem como conceitos que rompem com a antiga etno-história. Essas reconfigurações étnicas criam novos sujeitos históricos e estão diretamente relacionadas com a hibridação da fronteira. Segundo Boccara (2002, p. 71), é na fronteira que ocorre a mestiçagem, a mescla, que não ocorre de

forma aleatória, sem sentido, acontece por razões de sobrevivência física e social.

Interpretando Boccara, Almeida (2012, p. 164) observa que os processos de etnificação, entendidos como mudanças culturais e identitárias impostas por situações de contato, são analisados em conjunto com os processos de etnogênese, que são os movimentos dos povos indígenas em resposta às variadas situações de contato. Diante disso, são reelaboradas práticas e relações culturais, políticas, econômicas e sociais, construindo novas formas de identificação.

Ratto (2005) discute a relação entre espanhóis e indígenas na mesma perspectiva de Boccara. Destaca que há um consenso historiográfico em definir as regiões fronteiriças como lugares de encontro de culturas. São espaços de multiculturalidade, de elementos culturais das mais diversas origens (RATTO, 2005, p. 182).

Para Ratto (2005, p. 183), a hibridação da fronteira leva a um complexo processo de intercâmbio cultural, balanço de poder e criação de novas formas sociais.

Navarrete nos explica que o conceito de etnogênese é importante para entender as diferenças emergentes. Trata-se da “inesgotável capacidade que

grupos sociais tiveram, e tem, para redefinir suas identidades e suas diferenças em meio à complexa interação com outros grupos e com os Estados, e as estratégias de resistência e reação a fatores externos e internos” (NAVARRETE, 2008, p. 94). Com esse conceito, é possível compreender que alguns grupos considerados passivos nos processos de construção nacional, na realidade, desenvolveram complexas estratégias para reagir, resistir, negociar e também participar e se beneficiar na medida do possível. Boccara (1999, p. 51) explica que durante o sistema colonial os indígenas utilizaram as missões e outras instituições de controle em benefício próprio, manejaram em seu favor os antagonismos que existiam entre os distintos atores imperialistas ou coloniais e foram criando espaços de intermediação e negociação. Trata-se de contrariar os efeitos das políticas de controle. Assim, a luta armada não foi o único modo de resistência dos indígenas, optaram por outras estratégias como fugas para outras regiões, provocando o nascimento de novas formações sociais. Outros se valeram das vias legais ou judiciais do sistema para fazer valer seus direitos.

Entretanto, para entender melhor esse conceito, Navarrete faz uma distinção entre identidade étnica e o que ela chama de “categoria étnica”. Os sistemas mais

ampos de dominação política, econômica e social, e de interações interétnicas, dão sentido histórico e função social às “categorias étnicas”. Estas são definidas exteriormente aos grupos, geralmente pelas relações de exploração econômica e de classe. Já a identidade étnica, também em interação com os sistemas de dominação, é definida no interior dos grupos (NAVARRETE, 2008, p. 99).

Segundo Ratto (2005, p. 183), a etnificação é a construção das diferenças por partes dos agentes estatais para poder impor sua legitimidade e dominação. Dessa maneira, identidade étnica e “categoria étnica” estão diretamente relacionadas ao conceito de etnogênese, pois, à medida que grupos participam, negociam, resistem, rebelam-se diante dos diversos processos, ao mesmo tempo constroem e inventam novas identidades, modificam as que haviam herdado historicamente adaptando-as às novas circunstâncias. Portanto, de acordo com Navarrete (2008, p. 99), as identidades étnicas são construções históricas únicas, produtos de contextos e lutas particulares. Ele destaca, ainda, que historicamente “categoria étnica” e identidade étnica tiveram uma convivência complexa, repleta de contradições e conflitos, mas também de coincidências e negociações

(NAVARRETE, 2008, p. 100). Essa relação torna-se mais complexa nas regiões de fronteira. Boccara (1999, p. 43-44) explica que, se nenhuma cultura existe em estado puro, idêntica a si mesma desde sempre, tal fato conduz à reflexão sobre as modalidades de contato e sobre os mecanismos de diferenciação e de elaboração das identidades. Para Boccara (*apud* Cuche, 1996), o processo que experimenta cada cultura em situação de contato cultural, de desestruturação e reestruturação, é na realidade o mesmo princípio de evolução de qualquer sistema cultural. Toda cultura é um processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução. Nesse sentido que Boccara e Ratto pensam a fronteira como um espaço de mestiçagem e etnogênese, espaço chamado de *Midle Ground*. O conceito é utilizado para interpretar a fronteira como um espaço que engloba um complexo processo de intercâmbio cultural, balanço de poder e criação de novas formas sociais. Nesse espaço, a noção fundamental que guia a convivência cotidiana é a persuasão: um grupo tentando persuadir o outro, apelando ao que percebe como valores e práticas do segundo (Ratto, 2005, p. 183).

Como propõe Almeida (2002, p. 165-166), utilizando-se da perspectiva histórico-antropológica, é

preciso historicizar as categorias étnicas, identidades étnicas e os processos de mestiçagem e etnogênese, de maneira a dar significados específicos conforme as situações, os tempos e os grupos estudados. Através da historicização, pode-se ver as identidades como construções fluidas, múltiplas e cambiáveis, que se alteram ao longo das experiências de contato. Portanto, como veremos, algumas narrativas históricas do conflito ocultam a presença indígena na guerra de modo que não é possível visualizarmos esses processos, pois as experiências de contato não são expostas nessas interpretações.

A GUERRA NA VISÃO DA HISTORIOGRAFIA QUE OCULTA OS INDÍGENAS

A história da guerra do Chaco tem sido narrada de diferentes maneiras pela historiografia que se detém ao tema. Refletindo sobre o conflito, neste ensaio não aprofundaremos a discussão das causas da guerra, a intenção é demonstrar que parte de uma historiografia corrente que escreve sobre a guerra na Bolívia e em outros países como Brasil, Estados Unidos, etc., através de suas narrativas, ocultam a participação dos

diferentes povos indígenas no conflito, intencionalmente ou não.

Precisamos lembrar que as classificações fazem parte do funcionamento de todo sistema social que está baseado no princípio legítimo e dominante de visão e de divisão do mundo. Portanto, as categorias utilizadas pelos agentes sociais dominantes estão carregadas de interesses e são afirmadas como se fossem a expressão da realidade através da imposição de sua visão de mundo (BOCCARA, 2002, p. 52).

Nessa perspectiva, os espaços indígenas foram construídos simbolicamente à semelhança das concepções sociais, políticas e culturais de Estado e nação. Nessa concepção, a noção de fronteira se baseia na distinção entre centro e periferia, espaços conquistados e não conquistados, em que estes são os chamados fronteiriços, zonas habitadas por sociedades desprovidas de uma organização política centralizada. Assim, o processo de aculturação se daria em espaços conquistados através da evangelização, normatização jurídica e política e da exploração econômica, enquanto a resistência se daria nas zonas fronteiriças sob a forma de confronto.

Alguns livros de História geral da Bolívia e história da guerra do Chaco neste país são construções

históricas que privilegiam os grandes heróis nacionais, os grandes fatos históricos, ou seja, se preocupam com assuntos de ordem política e social. Só enxergam como atores políticos os homens do Estado. Nesse sentido, essas obras se aproximam da história narrativa dos historiadores positivistas^{vii}. Assim, nessas construções históricas, os indígenas aparecem geralmente como sujeitos passivos.

Enfatizamos que o principal livro de História da Bolívia analisado é uma construção sobre história geral do país produzida para atingir o grande público, portanto, para grande divulgação. A obra chama-se *Historia de Bolivia*, escrita por José de Mesa, Teresa Gisbert, Carlos D. Mesa Gisbert. Esses autores são grandes nomes da intelectualidade e da política boliviana.

Entre os autores que escrevem especificamente sobre a guerra do Chaco na Bolívia, destacamos Juan Granier Chirveches e Roberto Querejazu Calvo. Juan Granier Chirveches (1893-1973) foi subtenente do exército boliviano durante a guerra do Chaco. Escreveu um diário de campanha que em 2004 foi publicado em forma de livro na Bolívia. Em *Diario de campaña: fragmento de una vida patriótica en la Guerra del Chaco* (Granier, 2004), ele narra a guerra dando destaque às

grandes batalhas, assim como enfatiza os comandantes militares ligados ao governo boliviano. Por sua vez, Roberto Querejazu Calvo nasceu na cidade de Sucre em 1913 e faleceu em 2006. Foi historiador e diplomático pelo departamento de Chuquisaca. Foi soldado pelo exército boliviano e combateu na guerra do Chaco. Escreveu um livro sobre a guerra que é considerado uma das grandes contribuições da historiografia nacional boliviana sobre o assunto. Em *Historia de la guerra del Chaco* (QUEREJAZU, 1998), ele narra os acontecimentos diplomáticos, políticos e militares, através de uma sequência cronológica da guerra. Os dois autores são considerados referências na escrita específica da guerra na Bolívia.

Além das produções bolivianas, existem também investigações em outros países onde podemos perceber o ocultamento indígena. Julio José Chiavenato é um autor brasileiro que escreveu sobre o conflito. Sua análise enfatiza um quadro econômico do conflito em uma perspectiva de exploração da Bolívia e do Paraguai por um suposto “Imperialismo norte americano e europeu”. Enfatizamos que *A guerra do Chaco* (leia-se pretróleo) (CHIAVENATO, 1980) nos serve para demonstrar que existem estudos sobre o assunto no Brasil. Esta produção também não demonstra a

participação indígena na guerra, apesar de falar rapidamente em um tópico da situação geral do indígena boliviano do altiplano durante o período colonial.

David H. Zook Jr. é um investigador norte americano do conflito. O autor é Catedrático de História Militar da Academia da Força Aérea dos Estados Unidos. Em *La conducción de la guerra del Chaco* (ZOOK, 1962), ele faz uma narrativa política e militar sobre a guerra também na forma cronológica dos acontecimentos. Em uma longa narrativa sobre as movimentações militares, praticamente não faz referência aos indígenas.

Como as obras citadas nos servem de referência para a discussão da ocultação indígena, é necessário discutirmos um pouco sobre por que essas construções históricas foram elaboradas dessa maneira.

De acordo com Certeau, a história é uma operação na qual há uma relação entre um lugar, procedimentos de análise e a construção de um texto, sendo que “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural”. (CERTEAU, 2000, p. 66). Em relação ao lugar, Certeau nos explica que estando a pesquisa circunscrita por esse, há limitação entre o possível e o impossível, a história se define por uma relação da linguagem com o

corpo social e também por uma relação com os limites que o corpo impõe (CERTEAU, 2000, p. 77). Ainda, se a narrativa está submetida a um lugar e a um tempo, isso se deve às técnicas de produção. Cada sociedade se pensa historicamente com os instrumentos que lhe são próprios, assim, a escolha das fontes está condicionada ao lugar social (CERTEAU, 2000, p. 78). Portanto, as narrativas históricas são subjetivas, estão condicionadas ao lugar a partir do qual o investigador está escrevendo: uma universidade, mídia em geral, um cargo público ou privado etc.

Por isso, entendemos que os autores que classificamos como os que ocultam a participação indígena no conflito escrevem sujeitos ao seu lugar social. Assim, entendemos também que o ocultamento pode ser intencional ou não, ou ainda por desconhecimento. Entretanto, é fato que essas narrativas estão passíveis de ser criticadas por mostrar apenas um dos lados do acontecimento. Assim, observamos que a ocultação indígena já acontece quando estes autores falam do território chaquenho.

Parte da historiografia que escreve sobre o conflito ocultando o indígena apresenta o território chaquenho como um lugar despovoado, deserto, vazio,

de um meio ambiente hostil e de uma natureza selvagem e perigosa.

Segundo Quijada (1999, p. 675-676), assim como a Patagônia e os pampas, a zona do Chaco é uma região que não foi ocupada pelas autoridades republicanas até os últimos anos do século XIX e início do XX. Tal expansão se produziu a partir de um episódio conhecido como a “campanha do deserto”, que implicou o avanço militar da população crioula sobre as tribos indígenas que mantinham sua independência.

A região em disputa é descrita por Puente (2011) como um triângulo formado pelos rios Parapetí (norte), Pilcomayo (oeste) e Paraguai (leste). Carlos Mesa apresenta o Chaco como sendo uma região com aproximadamente 290.000 km² a uma altitude de 225 m sobre o nível do mar. A região é formada por grandes extensões planas cobertas de vegetação herbácea e espinhosa, com solo muito arenoso e seco. O autor afirma, ainda, que nos anos do conflito o Chaco “contaba con una población total de no más de 70.000 almas [...]” (MESA, 2008, p. 456).

Segundo Carvalho (1958, p. 23-30), no Chaco, as chuvas são poucas e a escassez de água caracteriza o território. Duas estações distintas definem o clima, uma longa estação seca e uma estação chuvosa, que começa

em novembro ou dezembro e termina em abril ou março. A chuva em contato com o terreno arenoso produz uma lama espessa no solo. Devido à longa duração da estiagem, encontrar fontes de água é algo difícil. Os pequenos rios que se formam durante as chuvas quase todos deixam de fluir, os lagos são pequenos e escassos. Ao longo da margem do rio Paraguai, predominam os bosques cerrados; no limite ocidental do Chaco, onde a superfície começa a se elevar em direção aos Andes, as precipitações estão mais bem distribuídas através do ano. A vida silvestre não é muito diversa, existem muitos jaguares, lagartixas e iguanas, e também muitas serpentes venenosas como a cascavel. Nas palavras de Carvalho:

A maior parte do Chaco permanece, por isso, em estado desértico, abandonada a tribos indígenas, apegadas à região que habitam e difíceis de submeter. O número de seus componentes é pequeno, admitindo-se que não ultrapassará cinquenta mil, na área total do Chaco, situada ao sul da linha Corumbá-Santa Cruz de La Sierra, havendo todavia

índios bravos, ferozes, na região ao Norte do Pilcomaio (CARVALHO, 1958, p. 26).

Chiavenato (1980, p. 86) também considera que o Chaco é lugar deserto e pouco útil. O autor descreve o Chaco como sendo uma região árida, quase um deserto, possuindo pântanos próximos ao rio Paraguai. O autor afirma que “apesar de ser quase um deserto [...] esparsamente habitado, pobre e sem atrativos, o colonialismo espanhol ignorou o Chaco e, por isso, não se definiram claramente suas fronteiras” (CHIAVENATO, 1980, p. 86).

Em um pequeno trecho publicado no periódico *El Oriente*, em 24 de março de 1934, George Larden descreve sua visão da região através de uma viagem realizada ao local do conflito:

Hace algún tiempo se me presentó ocasión de visitar los campos de batalla del Gran Chaco. Imagínese el lector en un matorral selvático lo habitado, vastísimo e llano, que se extiende en todas las direcciones por cientos de millas. Tan espesa es la

maraña de matas y arbustos, y tan matrelazadas se hallan las ramas de esos árboles [...] (LARDEN, 1934, p. 1).

Apesar de George Larden destacar (em uma pequena nota no início do trecho citado acima) que a luta na região é sem precedentes devido às características da região, podemos ver em sua fala, como vemos nos autores citados, que há uma imagem negativa do Chaco que se reforça mesmo através da população.

Granier (2004), nas anotações de seu diário sobre a campanha do Chaco, constantemente fala das dificuldades encontradas em relação ao ambiente da região. O autor descreve que durante a época de chuvas é praticamente impossível se locomover, por conta da grande quantidade de lama que se forma, e que durante a época mais seca a falta de água e o sol escaldante dificultam também a locomoção das tropas.

Segundo Zook (1962, p. 21), a região do Chaco tem extensas e altas pastagens e pequenos bosques, sendo a população formada por pequenos grupos em rancho de barro. Os grupos tinham nomes atrativos.

Portanto, considerar o Chaco como um lugar despovoado é algo unânime nessa historiografia que

oculta o indígena, além de fazer parte do discurso de mobilização do Estado em relação ao conflito.

Quijada (2000, p. 200) afirma que essa conceitualização que faz alusão à ideia de “vazio, deserto” tem três conotações complementares: a primeira, da perspectiva da construção do Estado, era referência a grandes espaços aonde não chegava a capacidade centralizadora de poder; a segunda, o termo aludia à visão de um território desabitado, com uma densidade de população inexistente ou indigna de alguma denominação; a terceira, um espaço “bárbaro” que gerava barbárie.

Caracterizar o Chaco dessa maneira faz parte de um sistema de representação produzido com base num discurso de mobilização que procurava incorporar esse espaço à sociedade boliviana (CAPDEVILA, 2010, p. 11-32). Segundo Capdevila (2010, p. 16-17), tratando a região do Chaco como um “deserto”, dissemina-se a ideia de ocupar, colonizar e civilizar, sendo que a essas três ações estão articuladas com a ideia de que o território chaquenho é um pedaço da pátria. Ainda, a ideia de “deserto” estava ligada a territórios por se colonizar, não significando que estavam vazios, apenas não estavam habitados pelo Estado, estavam habitados por índios.

O termo *tierra adentro* utilizado por Capdevila significa o espaço indígena localizado mais além da fronteira, distante da presença do Estado. Nesse sentido, se um lugar não tivesse a presença da cultura ocidental, conseqüentemente, era considerado não civilizado.

Capdevila afirma que ocupar o Chaco era uma prioridade para os dois Estados. Tratava-se de concretizar a presença do Estado, pois, pela representação do lugar, se entende que já estava habitado. A ocupação se deu de maneira diferente pelo Estado boliviano em relação ao Paraguai. A Bolívia fez a ocupação através do exército, primeiramente, com expedições de exploração do território e, posteriormente, com o estabelecimento de fortes. Por sua vez, o Paraguai, inicialmente, ocupou com soldados que mais tarde foram transformados em colonos através de uma lei que, além disso, atribuía parcela de terras aos que ocuparam o lugar (CAPDEVILA, 2010, p. 22-23).

No sentido de colonizar, Capdevila observa que era uma antiga vontade das autoridades e que é um processo que se concretiza após a ocupação. A colonização do Chaco também apresentou diferenças entre os dois Estados. No Paraguai, “[...] la colonización iba junto con la inmigración y la explotación de los

recursos por los migrantes, los grandes terratenientes y las compañías forestales de la orilla derecha del Paraguay” (CAPDEVILA, 2010, p. 24). Na Bolívia, a colonização dependia do ministério da guerra e colonização (CAPDEVILA *apud* GARCÍA JORDÁN, 2006, p. 74).

Quando fala sobre civilizar, Luc Capdevila destaca que o termo também é parte do discurso de mobilização. Novamente, há diferenças entre Paraguai e Bolívia. No Paraguai, essa tarefa estava confiada aos colonos, empresários e às missões salesianas. Na Bolívia, já desde 1840, missões franciscanas tinham sido solicitadas pelo Estado a cristianizar os indígenas, os guaranis principalmente.

Agora que já sabemos como estes autores apresentam o território chaquenho em suas análises, vamos observar de que maneira narram a história da guerra.

As discussões diplomáticas entre Bolívia e Paraguai no período anterior ao conflito apenas serviram para acelerar o início das hostilidades. A década de 1920 foi caracterizada por intensas discussões sobre os limites territoriais e pela instalação de fortes de ambos os países. Em 5 de dezembro de 1928, ocorreu o primeiro atrito real entre militares dos dois exércitos. Segundo a historiografia “de viés

nacionalista” boliviana, o forte *Vanguardia*, que era defendido por 25 homens, foi atacado por forças paraguaias:

“Fuerzas regulares del Paraguay, en número de 300, atacaron sorpresivamente el fortín boliviano Vanguardia, compuesto de una guarnición diminuta de 25 hombres. Hay numerosas bajas y oficiales y soldados prisioneros” (QUEREJAZU, 1998, p. 10).

Em represália, militares destacados em Roboré atacaram e conquistaram o forte paraguaio Boquerón. Segundo Querejazu (1998, p. 10), a ordem do governo boliviano era para que o forte *Vanguardia* fosse retomado por esses militares, porém, como não conseguiram chegar à região devido ao acesso estar inundado pelas fortes chuvas, mudaram o foco para *Boquerón*.

Nesse momento, inicia-se uma movimentação internacional para evitar o conflito. A Liga das Nações intervém solicitando a criação de uma comissão pan-americana para mediar a situação. É criada a Comissão

de Neutros, formada pela Colômbia, Cuba, Estados Unidos, México e Uruguai. A Comissão consegue mediar inicialmente o conflito, fazendo com que a Bolívia devolvesse o forte *Boquerón* ao Paraguai e este abandonasse *Vanguardia*. No entanto, a situação dos limites ainda não estava definida e a iminência de novos atritos era latente.

Com Daniel Salamanca à frente do governo boliviano a partir de 1931, a questão do Chaco se torna prioridade para a Bolívia. Salamanca era partidário de que a questão territorial do Chaco fosse resolvida nas armas. Como descreve Querejazu: “Respecto al Chaco, Salamanca había sido partidario que se buscasse la reafirmación de los derechos territoriales de Bolivia mediante una política enérgica y aun por medio de la fuerza como último recurso” (QUEREJAZU, 1998, p. 15). Contudo, Salamanca assumia uma Bolívia afundada em uma crise econômica que havia se agravado com os problemas econômicos mundiais de 1929 e deixou-lhe de mãos atadas para iniciar alguma ação mais agressiva no Chaco. Todavia, Salamanca, em agosto de 1931, pediu a colaboração de Simon Patiño^{viii}, magnata da indústria mineira na Bolívia. Segundo Querejazu (1998), Salamanca teria dito que a necessidade financeira não seria para começar um ataque ao Paraguai, mas, para “la

rápida y efectiva ocupación de las regiones todavía desiertas del fondo del Chaco, con objeto de incorporarlas a nuestra soberanía [...], asentar el dominio boliviano en ese territorio” (QUEREJAZU, 1998, p. 16). Com o empréstimo conseguido de Patiño, o governo pôde financiar o avanço do exército. Foram fundados mais fortes na região central do Chaco, Aroma, Florida, Picuiba e Baptista ao norte, Fernández, Loa, Bolívar e Camacho ao sul. Com o número de fortes aumentando, a quantidade de militares foi crescendo também. O plano de ocupação boliviano foi se tornando realidade.

O exército descobre, então, no Chaco central, uma lagoa com algumas construções de barro em uma de suas margens. A descoberta se deu com as tropas do Capitão Víctor Ustárez (QUEREJAZU, 1998, p. 17). A notícia da descoberta de água no que eles chamavam de deserto provocou grande entusiasmo entre o alto comando boliviano, que, por sua vez, tratou logo de avisar o governo da grande descoberta. Os bolivianos a chamaram de laguna Chuquisaca. Salamanca ordena que seja cautelosamente ocupada as margens da lagoa, pois, seria de suma importância para o caso de uma guerra com o Paraguai. Porém, ao cumprir a ordem, o exército entra em conflito com soldados paraguaios que

faziam a guarda das construções às margens da lagoa. No conflito, morreram dois soldados paraguaios:

Al enterarse del incidente, Salamanca ordena el retiro inmediato de las tropas bolivianas, pero el Estado Mayor ejerce presión sobre el Presidente, que acaba cediendo pensando que si el destacamento boliviano está en la orilla occidental y el fortín paraguayo en la oriental, tal vez se podría llegar a un acuerdo para que dicha laguna sirviese de límite entre Bolivia y Paraguay (PUENTE, 2011, p. 385).

De acordo com Querejazu (1998, p. 30), a lagoa havia sido descoberta um ano antes por exploradores do exército paraguaio que a batizaram de laguna Pitiantuta e construíram habitações precárias, a que deram o nome de forte Carlos Antonio López. Zook (1962, p. 92) afirma que depois de ter realizado expedições na região, em março de 1931, o Paraguai fundou o forte no final deste mesmo ano. A resposta paraguaia veio em julho de 1932 em um longo combate

no qual os paraguaios recuperaram o forte e o controle da lagoa. As tropas bolivianas mudaram o foco no sentido dos fortes Corrales, Toledo e Boquerón e tomaram esses três fortes paraguaios. Nesse momento, a Comissão de Neutros tentava travar o conflito, porém, sem sucesso. As mútuas agressões levaram os dois países à guerra.

Os dois exércitos começam a colocar maior quantidade de militares no Chaco. O Paraguai conseguiu colocar mais homens devido à facilidade de locomoção, já que Assunção estava relativamente próxima da região do conflito. Puente aponta a dificuldade que o exército boliviano encontrava em mandar homens em grande quantidade para a região: “El ingreso al Chaco del resto del ejército resulta difícil debido a las enormes distancias, la falta de medios de transporte y escasez de recursos alimenticios” (PUENTE, 2011, p. 387).

Em início de setembro de 1932, inicia-se a mais longa batalha da guerra, a batalha de *Boquerón*. Recebendo ordens do presidente Eusebio Ayala para resgatar *Boquerón*, o comandante do exército paraguaio General José Félix Estigarribia comanda pessoalmente o ataque para reconquistar o forte perdido para os bolivianos. Assim descreve Granier em seu diário no dia 29 de setembro de 1932:

En Boquerón se combate desde el día 9 de setiembre. El Cnl. Marzana, comandante del destacamento a cuyo cargo está la defensa, ha recibido orden de resistir a todo trance y no abandonar el reducto. [...] La guarnición que defiende Boquerón es reducida, precaria y problemática la ayuda que pueda recibir, lo que hace presumir su caída más tarde o más temprano, salvo que logre salir del reducto para unirse con las tropas que van en su auxilio. Se pierden sin embargo las esperanzas de que resista al adversario que dispone de mayor número de soldados y potencia de fuego (GRANIER, 2004, p. 35).

De acordo com Querejazu (1998), o comandante do exército paraguaio Gal. Estigarribia fez seus estudos militares no Chile e na França. A sua estratégia na retomada de *Boquerón* foi cortar as comunicações inimigas, deixando os combatentes sem recursos para se defender por muito tempo. Em 29 de setembro,

Boquerón cai diante dos paraguaios. O Tenente Coronel Marzana é feito prisioneiro juntamente com vários soldados. As tropas paraguaias estranharam o pequeno número de soldados bolivianos que defendiam o forte, “apenas 20 oficiales y 446 soldados, en el último extremo de miseria humana. Por todas partes cadáveres y escombros” (QUEREJAZU, 1998, p. 43). Carlos Mesa afirma que em *Boquerón* o exército da Bolívia escreveu uma das páginas mais brilhantes de sua história. A resistência durante 20 dias aos ataques paraguaios, em uma relação de 10 para 1 combatentes, demonstrou um heroísmo admirável por parte dos bolivianos. “Marzana es quizás el mayor héroe boliviano de la guerra del Chaco, él simboliza al medio millar de bolivianos que defendieron, muchos de ellos con su vida, el fortín Boquerón” (MESA, 2008, p. 459). De acordo com Zook (1962, p. 146), a batalha de *Boquerón* foi a primeira batalha decisiva da guerra. Deixou os paraguaios em grande vantagem psicológica e os bolivianos com a moral destrozada.

Após a derrota em *Boquerón*, o Presidente Daniel Salamanca destituiu o chefe do Estado Maior Gal. Osorio e designou para seu lugar o Gal. Lanza. De acordo com Puente (2011, p. 389), a opinião pública boliviana pedia que o cargo fosse dado ao Gal. Hans Kundt, militar

alemão que foi o estruturador do exército boliviano nas décadas de 1910 e 1920. Hans Kundt possuía cidadania boliviana, porém, estava na Alemanha nesse momento. Para os oficiais bolivianos que estavam dirigindo a campanha no Chaco, a nomeação do Gal. Lanza não foi aceita com bons olhos. A crise entre o comando militar e o presidente Salamanca se agrava a cada dia. Os oficiais acusavam o mandatário da nação de precipitar o conflito a fim de atender seus interesses políticos. Os chefes militares “no simpatizaban con el general Lanza y resentían también la intromisión del Presidente de la República en cuestiones de carácter militar” (QUEREJAZU, 1998, p. 46). Granier também faz apontamentos em seu diário (29 de setembro de 1932) sobre a crise no âmbito militar em relação à nomeação do Gal. Lanza e dos clamores urbanos pela volta do Gal. Kundt: “Cayó Boquerón [...] manifestaciones callejeras, frente al Palacio Quemado, dejan oír gritos de Que venga Kundt. [...] El Presidente Salamanca ha nombrado nuevos ministros. Quiere decir que la política interna no anda bien” (GRANIER, 2004, p. 36-42).

As tropas bolivianas, no final do ano de 1932, se concentravam em defender os fortes Arce e Alihuatá, os dois mais importantes fortes bolivianos devido sua estrutura e proximidade com fontes de água.

Entretanto, a moral da tropa não estava boa devido à derrota de *Boquerón* e não conseguiram resistir, deslocando-se para o forte *Saavedra* e *Muñoz*. A sequência de derrotas leva o Presidente a chamar o Gal. Kundt para dirigir o exército boliviano na tentativa de uma reação: “El ejército boliviano que combatía en el Chaco era obra de Hans Kundt” (QUEREJAZU, 1998, p. 53). Hans Kundt estava retornando à Bolívia, aos 63 anos de idade, para conduzir o exército à vitória. Zook escreve que se acreditava que Kundt era capaz de reverter o curso da guerra e levar a Bolívia à vitória. Salamanca acreditava que Kundt poderia conduzir à vitória de forma rápida, portanto, apostava em um desfecho rápido e econômico (ZOOK, 1962, p. 183).

Todavia, Kundt não tinha apreço com os chefes militares bolivianos e preferia comandar sozinho. Nos primeiros dias de janeiro de 1933, o exército boliviano, sob o comando de Hans Kundt, consegue retomar o forte *Alihuatá*. A próxima ação seria tentar conquistar *Nanawa* e, posteriormente, alcançar o rio Paraguai. Segundo Puente, o Gal. Estigarribia se antecipou às ações de Kundt e fortaleceu as suas tropas em *Nanawa*, preocupado com esse forte por ser um dos mais importantes para o Paraguai. Uma tomada desse forte

por parte dos bolivianos ameaçaria a região de Concepción, segunda cidade do país:

El 4 de julio de 1933 las tropas bolivianas inician el segundo ataque a Nanawa, pero fracasan porque lo encuentran bien organizado. La derrota del ejército boliviano ofrece al ejército paraguayo la posibilidad de una maniobra envolvente, y las tropas bolivianas que quedan no tienen otra alternativa que retornar a sus trincheras en Gondra (PUENTE, 2011, p. 392).

Nos primeiros dias de dezembro de 1933, as tropas paraguaias desfecham um pesado ataque a *Alihuatá*, praticamente aniquilando a defesa boliviana deste forte. Muitos soldados foram feitos prisioneiros. De acordo com Querejazu (1998, p. 99), a resistência perante as tropas paraguaias seria inútil, portanto, os oficiais que comandavam o forte preferiram a rendição e entregaram todo o efetivo de suas divisões em troca do cumprimento das leis de guerra. A derrota de *Alihuatá* custou a Kundt o cargo de comandante do

exército, foi substituído pelo Coronel Enrique Peñarada. Hans Kundt retornaria para a Alemanha logo após o ocorrido e nunca mais voltaria à Bolívia.

Estigarribia, após a vitória e reconquista de *Alihuatá*, organizou suas tropas com intenção de conquistar o forte *Ballivián* localizado às margens do rio Pilcomayo. Sua estratégia era tomar Cañada Strongest e posteriormente *Ballivián*: “Cuando el ejército boliviano retrocede hasta el fortín Ballivián y Cañada Strongest, el general Estigarribia lo considera presa fácil” (PUENTE, 2011, p. 399). O rio Pilcomayo era a fronteira Boliviana com a Argentina, assim, as tropas bolivianas não tinham como avançar através deste ponto, a única saída para uma possível retirada de *Ballivián* seria recuar até Villamontes. A Bolívia consegue deter as forças paraguaias em Cañada Strongest. Derrotado nessa batalha, o Paraguai continua com seu plano de tomar *Ballivián*. Em julho de 1934, as forças paraguaias tentam furar a defesa de *Ballivián* que, por sua vez, é defendida por longos dias. Puente (2011) destaca que o Presidente Salamanca ordena ao comando do exército não abandonar *Ballivián*, porém, o Cel. Peñarada considerava perigoso manter a maior parte do exército em uma tarefa puramente defensiva. Para Peñarada, um outro corpo de militares devia avançar de Roboré e

Puerto Suarez, via Bahia Negra, para alcançar algum ponto do rio Paraguai ou avançar pela lagoa Chuquisaca até Puerto Casado onde seria possível cortar as comunicações paraguaias. Preocupado com avanço paraguaio nas proximidades de Villamontes, Salamanca adverte o comando do exército da terrível ameaça. O comando do exército, por sua vez, não cumpre a ordem do Presidente de organizar uma defesa na região de Villamontes. Em uma citação de uma mensagem enviada ao comando militar, podemos ver o sentimento de Salamanca com a desobediência de sua ordem:

Exasperado por el incumplimiento de sus órdenes, manda al Comando superior el siguiente mensaje: “Hago saber a ustedes que el pueblo ya no tiene confianza en la pericia del Comando”. Peñarada y los demás jefes le responden: “Respecto a la opinión del pueblo no debe usted preocuparse, porque aquí en la línea también se piensa lo mismo de su Gobierno y no por ello nos preocupamos”. [...] O hay un cambio

total del Comando o cae el Gobierno (PUENTE, 2011, p. 402).

Em agosto de 1934, o Gal. Estigarribia a mando do Presidente paraguaio organiza novamente outro ataque a fim de tomar *Ballivián*, fato que se concretiza em novembro desse mesmo ano. Segundo Zook (1962, p. 287), o Gal. Estigarribia estava seguro de que a movimentação de suas tropas para *Ballivián* esmagaria o inimigo e daria aos paraguaios maior liberdade para avançar sobre a região de Villa Montes. A situação boliviana torna-se muito crítica, levando Salamanca que estava em Villamontes a decretar a substituição do Cel. Peñarada pelo Gal. Lanza. Porém, o comando não aceita e desencadeia um golpe de Estado derrubando Salamanca. O Major Germán Busch se encarrega dos detalhes do golpe. “Con tropas de un grupo de artillería, apostan dos cañones en la residencia donde se encuentra el Presidente en Villamontes. Salamanca se entrega preso sin hacer resistencia” (PUENTE, 2011, p. 403). O vice-presidente Tejada Sorzano assume a presidência do país.

O avanço paraguaio em direção a Villamontes continua ao final do ano de 1934. Uma das primeiras ações do Presidente Sorzano foi decretar a mobilização

de todos bolivianos aptos a manejar um fuzil. A defesa da região próxima a Villamontes repele as tropas paraguaias que agora se movimentam em direção à Charagua com força total, derrotando facilmente a defesa desse forte e se aproximando de Santa Cruz de La Sierra. “La caída de Charagua pone en peligro a Santa Cruz, primera población boliviana importante que se ve amenazada por la guerra” (PUENTE, 2011, p. 406). O exército boliviano, em início de 1935, se reorganiza e impõe uma forte defesa da região de Villamontes, retomando Charagua. As tropas paraguaias batem em retirada depois que Estigarribia conclui que não seria mais possível impor uma derrota a Bolívia em Villamontes. Segundo Carlos Mesa (2008, p. 462), em 23 de fevereiro, depois de ter perdido milhares de homens tentando tomar Villamontes, Estigarribia se deu conta que a ofensiva havia fracassado e, portanto, decide recuar até *Ballivián*. A partir de abril de 1935, a Bolívia organiza uma contra ofensiva novamente em direção à região central do Chaco, todavia, a ofensiva não se concretiza devido à intensificação do processo de paz liderado pela Comissão de Neutros. Às 12 horas do dia 14 de junho de 1935, são suspensas as hostilidades no Chaco, pondo fim ao conflito que durara três longos anos.

Toda a narrativa da guerra vista anteriormente demonstra a maneira que a historiografia que oculta a participação indígena conta a história do conflito. A principal preocupação está em falar das importantes batalhas travadas em um ambiente “deserto”, onde ganham destaque os grandes personagens políticos e militares envolvidos no conflito. Os presidentes, generais, coronéis e tenentes, são os nomes a serem lembrados como heróis ou como vilões. As pátrias em disputa são exaltadas nas entrelinhas pelo nacionalismo. Portanto, esse modelo de narrativa suprime a presença indígena no conflito.

Como observa Almeida (2012, p. 159), registros escritos sobre grupos marginalizados e, sobretudo, sobre povos ágrafos são lacunares e filtrados por concepções etnocêntricas, preconceituosas e equivocadas.

Analisando com cuidado essas obras, conseguimos extrair pequenas palavras que podem identificar um ou outro soldado combatente e/ou povos do Chaco por onde os dois exércitos passaram. Portanto, essa historiografia apaga da história do país esses homens, pois são indesejados para a nação:

La invisibilidad de los indígenas en la representación pública de la guerra tiene fundamentalmente que ver con la imposibilidad de nombrar y de identificar los actores no-nacionales en el marco de un dispositivo que piensa y hace la guerra en nombre de la nación (CAPDEVILA; COMBÈS; RICHARD, 2010, p. 51).

Entretanto, as informações das principais batalhas e da logística desenvolvida pelos exércitos para poder concretizar suas ações são úteis porque nos permite ter informações de toda a movimentação dos militares pelo ambiente do Chaco. Utilizando um mapa do Chaco (Figura I), traçamos a movimentação de bolivianos e paraguaios pelos mais diversos fortes, baseado nos relatos narrados pela historiografia que oculta a participação indígena. Essa informação nos permite identificar onde ocorreram com mais intensidade as batalhas. De posse disso, podemos analisar o mapa étnico do Chaco (Figura II) e verificar como o mundo indígena da região teve sua dinâmica afetada pela guerra.

A historiografia que suprime o indígena discorre páginas e mais páginas falando da guerra, do contexto político, das questões diplomáticas envolvidas, do processo de paz. Poucas linhas são utilizadas para descrever quem são os militares que combateram no Chaco diretamente nas linhas de frente, principalmente em relação aos soldados, já que em se tratando dos oficiais a identificação parece mais fácil de ser percebida.

Todavia, quem eram os soldados? Eles são constantemente citados, mas apenas como soldados, não é possível saber quem são. São “brancos”, mestiços ou indígenas? E os habitantes locais, os indígenas das terras baixas, qual a situação deles durante o conflito? Eram eles *hombres transparentes*^{ix}?

paraguaios em dezembro de 1928. O retângulo vermelho identifica a localização da lagoa Chuquisaca (Pitiantuta para os paraguaios), local do segundo incidente em maio de 1932. A elipse em azul demonstra a região do Chaco central, local por onde passaram as primeiras expedições militares bolivianas com o Cel. Ayoroa. A delimitação em preto destaca a grande região do rio Pilcomayo onde ocorreram as mais intensas batalhas da guerra. A região destacada em amarelo localiza a região do Isoso, do rio Parapetí e de Villamontes, local dos últimos enfrentamentos bélicos. Com as marcações feitas sobre o mapa étnico do Chaco, podemos observar que toda a movimentação dos dois países com suas tropas se deram sobre terras das mais diversas etnias indígenas do Chaco.

Segundo Klein (2002, p. 195), a classe dos oficiais do exército faz parte da classe média urbana boliviana, classe esta composta ainda por professores, comerciantes e artesãos. Carlos Mesa (2008), no livro *Historia de Bolivia*, dedica um capítulo com treze páginas à guerra do Chaco. Ao longo do capítulo, Carlos Mesa cita o nome de diversos oficiais que serviram nas fileiras do exército, em alguns casos, dependendo da importância do militar na guerra, muitas informações a seu respeito são disponibilizadas. Porém, em se tratando de soldados, apenas três linhas nos dão informações de quem foram os soldados em combate: “La falta de agua fue el enemigo número uno del ejército, integrado mayoritariamente por soldados

quechuas y aimaras, acostumbrados a la montaña, temperaturas bajas y espacios abiertos” (MESA, 2008, p. 456).

Já falamos sobre um dos heróis que figura no panteão boliviano da guerra do Chaco, o General Marzana, que recebeu grande atenção de Carlos Mesa. Zavaleta fala de mais alguns militares que têm seus nomes entre os heróis do Chaco: Germán Busch, Víctor Ustárez e Bernardino Bilbao Rioja. Esses militares trataram os soldados como *hombres equivalentes*, o que era mais lógico numa situação extrema como a guerra. (ZAVALETA, 2008, p. 192). Algumas narrativas históricas, como se sabe, são responsáveis pela heroificação desses militares, porém, se realmente foram bons oficiais nas frentes de batalha, isso se deve a boa relação com seus comandados. Talvez tenha sido pela voz dos soldados que retornaram da guerra que esses oficiais se tornaram heróis.

Novamente Klein, em outra obra sua sobre a história da Bolívia, nos propicia algumas informações sobre quem seriam os soldados do Chaco. Segundo o autor, o exército que combateu no Chaco havia se organizado segundo as castas da sociedade, os “brancos” eram os oficiais, os cholos^x os suboficiais e sargentos, e os campesinos índios o grosso da tropa.

“Para los indios la guerra significó la continuación de los esquemas ya familiares de explotación” (KLEIN, 2011, p. 206).

Em seguida, analisaremos o diário de campanha do Ten. Res. Juan Granier Chirveches. O Tenente da reserva Juan Granier Chirveches escreveu sua vivência no conflito em um diário que foi publicado por sua filha em forma de livro, em 2004. Antes da guerra, Granier exercia o cargo de diretor de um órgão de imprensa chamado “El Noroeste”, localizado em Cobija, departamento de Pando, noroeste da Bolívia. Pelo que pode ser observado no livro, Granier tinha influências políticas dentro do governo boliviano, pois, em junho de 1932, o ministro das relações exteriores convidou-lhe para assumir o cargo de cônsul da Bolívia na cidade de Rosário, Argentina. Como no mês de junho houve os primeiros conflitos entre Bolívia e Paraguai, Granier abriu mão de assumir o consulado para ingressar como voluntário na guerra. Ingressou no conflito no dia 9 de outubro de 1932, já que era militar da reserva e sua classe não havia sido chamada para a guerra. No livro, podemos ter acesso a seus relatos dia a dia desde sua incorporação até o dia 16 de setembro de 1935, quando ao fim do conflito é dada sua baixa das fileiras do exército. Durante os três anos que esteve na guerra, podemos ver, através de sua visão, a maneira pela qual

a Bolívia atuou no conflito. O autor faz uma narrativa de todos os seus deslocamentos pela região do Chaco, pelos fortes que passou, pelas cidades onde esteve. Narra ainda as principais batalhas e os bastidores do conflito. Ele faz poucas referências sobre a composição étnica dos soldados no seu diário.

Granier ingressa na zona de operações somente no final de 1932, pois, durante a segunda metade deste mesmo ano, estava realizando curso para ingresso na guerra. No dia 19 de novembro de 1932, ele inicia sua viagem em direção ao sul do Chaco. Saindo de Villamontes, desloca-se em direção a *Ballivián, Saavedra e Muñoz*. Em 9 de dezembro de 1932, ele descreve um pouco do forte Platanillos: “es un fortín boliviano que fundó el Cap. Víctor Ustarez, descubridor del lugar en el año 1931, donde encontré varias sendas. Algunos indicios de las muchas tolderías [...]” (GRANIER, 2004, p. 65). Podemos notar que em sua fala é dada a importância ao referido Capitão como se ele fosse realmente o descobridor do lugar. De acordo com o mapa étnico do Chaco, Boreal^{xi}, o lugar onde foi instalado o forte *Platanillos*, é área onde estava localizado o grupo *Nivaclé*. Ao final da palavra *tolderías*, há uma referência em nota de rodapé na qual está explicado que o termo significa “casas eventuais de

indígenas nômades do lugar”. Podemos observar que Granier faz referência aos moradores locais.

Constantemente citando que está em presença de soldados, Granier descreve em seu diário, no dia 12 de dezembro de 1932, o que vem a ser um soldado segundo suas teorias: “El soldado no piensa por si, sino por quién lo dirige y cuando tiene confianza en quien lo comanda, éste puede hacer proezas” (GRANIER, 2004, p. 69).

Granier, em 1º de outubro de 1933, faz suas observações sobre um ofício que o Presidente Salamanca havia enviado ao Gal. Kundt, fazendo referência à preocupação com a vida de alguns soldados que foram enviados para a guerra e que antes do conflito eram universitários. Assim ele descreve o conteúdo do ofício:

El Presidente, señor Salamanca, dirigió al Gral. Kundt el siguiente oficio: “Ha estado a buscarme el Rector de la Universidad, para hablar sobre la situación de los universitarios comprendidos en el último llamamiento, expresando su deseo de ver la manera de ahorrar esas vidas, que serán de utilidad posterior a la

Patria. Seguramente no tardarán en llegar idénticas sugerencias de las demás universidades, y como la idea me parece digna de atención, creo debemos acogerla y estudiarla. Para dicho fin, me han ofrecido una lista de los universitarios, cuya copia le será remitida” (GRANIER, 2004, p. 160).

Em suas observações sobre o assunto, Granier fala que a única maneira de poupar as vidas seria colocando esses militares em funções na retaguarda. Ao mesmo tempo em que expõe uma solução para o caso, Granier fala que na guerra não são “distribuídos convites”, que todos estão ali para defender a pátria. Porém, um tom de aversão aos soldados indígenas que combatem pode ser visto em seus relatos: “Cuán beneficioso seria para el país, que toda esta muchachada pudiera a dirigir a nuestro soldado indígena que bien lo necesita [...]” (GRANIER, 2004, p. 161).

No dia 1º de novembro de 1933, Granier conta que saiu de *Saavedra* às 8h da manhã em uma patrulha alguns quilômetros distantes do forte, outras patrulhas também haviam saído em outras direções. Granier relata que recebeu a informação de que uma patrulha de

quatro homens havia se infiltrado por trilhas e que havia tido contato com os índios locais. Ao retornar à *Saavedra* Granier fala: “Al regreso, sólo encontré en el trayecto un campamento de indios de la tribu de los Chulupis, raza miserable y sucia” (GRANIER, 2004, p. 175).

Quando em uma instrução de tiro, aplicada a soldados no dia 24 de janeiro de 1934, Granier identifica quem são os soldados em treinamento: “Los batallones se componen de 4 compañías, cada una con 118 hombres. Se hace una mescolanza de aymaras, quechuas e los que no lo son, lo que me parece una solemne tontería” (GRANIER, 2004, p. 206).

Aymaras e quéchuas são etnias de indígenas da região do altiplano boliviano; os outros citados por Granier, que não são de nenhuma das duas etnias, podem ser de outras regiões, talvez soldados arregimentados da própria região do Chaco, das terras baixas. Granier observa que os soldados aymaras e quéchuas encontravam grande dificuldade na região do conflito, pois estavam acostumados a viver nas altas altitudes da região de La Paz, cerca de 4.000m de altura. Novamente em seu diário, no dia 18 de outubro de 1934, há um relato de contato com índios Chulupis quando em companhia do Major Santa Cruz em uma movimentação pela região de *Ballivián*: “Visitamos una tribu de indios

Chulupis, donde tomé unas fotografías en que Santa Cruz rodeado de indios cuya vestimenta es la desnudez, pues viven en estado salvaje” (GRANIER, 2004, p. 262). Do mesmo modo, há um relato da presença das etnias locais e também a visão negativa em relação ao “outro”. Mais uma observação desconsiderando a capacidade dos soldados indígenas pode ser vista nas anotações do dia 5 de novembro de 1934, assim escreve Granier:

Entre mis observaciones personales, tengo que anotar que no he visto en la línea sino soldados indígenas, muy pocos blancos y ningún conocido mío. Es lástima, porque se nuestra juventud hubiera ido al frente, habría dirigido de manera eficiente al soldado, prestando colaboración a la oficialidad (GRANIER, 2004, p. 267).

É possível observar ainda nas suas anotações que, ao longo dos dois anos e meio que atuou na campanha do Chaco, Granier narrou acontecimentos que envolviam os bastidores da política nacional, principalmente a relação entre os comandantes do exército e o Presidente Daniel Salamanca. Sua narrativa

está fundada em um quadro histórico nacionalista que prioriza os feitos diplomáticos, políticos e militares, em detrimento da figura indígena.

Parecido com o que fez Granier, Roberto Querejazu Calvo, soldado de primeira linha, escreve uma obra sobre a guerra através de sua visão sobre os acontecimentos. Narra a história da guerra do Chaco a partir das batalhas, na qual pode ser observada em detalhes toda movimentação dos exércitos pelo território em disputa. Querejazu era residente no departamento de Tarija, sul da Bolívia. Ingressou na guerra, ao que nos parece, como recruta da classe de 1932. Na apresentação do livro feita pelos editores, é salientado que a obra foi escrita por um soldado. Os editores falam que é um grande livro escrito, como se diria, com o próprio sangue de seu autor. Contudo, nas 189 páginas da obra, podemos observar que em nenhum momento é possível identificar quem é o soldado boliviano que combate no Chaco. Nem a história do próprio autor é tratada no livro, não se sabe quem foi Querejazu, onde teria combatido, com quem teria combatido, quem seriam seus companheiros na guerra. A única informação a seu respeito é que ele foi um soldado. Por outro lado, numa estrutura de uma história política e militar, a obra cita os nomes de muitos

oficiais bolivianos e até paraguaios que estiveram no Chaco. Portanto, Querejazu demonstra nessa obra uma grande preocupação em destacar quem foram os oficiais comandantes do exército e quem foram os governantes do período; não se preocupou, na sua posição de soldado, em no mínimo apresentar quem eram seus pares no Chaco.

Observamos que é quase unanimidade nesses modelos de narrativa que os soldados que combateram pelo exército boliviano são índios aymaras e quéchuas. Não se consegue extrair informações mais completas ou mais específicas de quem realmente eram esses soldados e quem eram os povos indígenas do Chaco. Porém, no caso de Granier e Querejazu, sendo os dois militares que combateram nas frentes do Chaco, ocultar dos registros ou apenas citar em poucas palavras a presença dos povos indígenas chaquenhos nos parece algo bem subjetivo. A leitura dos apontamentos do diário de Granier comprova que ele, enquanto esteve no Chaco, transitou constantemente pela área dos Nivaclés e dos Iloseños.

Riester observa que os soldados dos vales e do altiplano, aymaras e quéchuas, são a maioria em combate. Denominados de “collas, en un ambiente como el Gran Chaco estaban casi perdidos, [...] sufrían

de hambre, sed y calor” (RIESTER, 2008, p. 193-194). Ainda segundo Dalla-Corte, a Bolívia militarizou o espaço chaquenho enviando um alto número de reservistas procedentes de La Paz, Potosi e Tarija. A cara típica de aymara apontava, dessa maneira, sua procedência geográfica e étnica. A autora fala também das dificuldades que o ambiente exercia sobre os soldados do altiplano: “Una población altiplánica forzada a actuar en un sistema ecológico extraño, en un ambiente tropical, no podía afrontar la escasez de alimentos y el fantasma de la desnutrición, la falta de agua y la insolación” (DALLA-CORTE, 2010, p. 107;109; 148).

Concordamos então com essa informação, porém, sabemos que não apenas os *collas* formavam as tropas do exército. Schuchard nos explica que há dois grupos de soldados bolivianos: “los del altiplano que hablan quechua o aymara, y los del sudeste, que hablan guaraní u otras lenguas indígenas” (SCHUCHARD, 2008, p. 178). Schuchard destaca ainda que, dentro da hierarquia do exército, os soldados provenientes de Santa Cruz de La Sierra e das planícies do Sudeste são conhecidos como *Cambas*. Poderíamos, talvez, falar de um terceiro grupo, uma minoria formada por soldados “brancos”. Quando Granier relata o ofício enviado pelo Presidente Salamanca ao Gal. Kundt, fazendo referência

a soldados que eram universitários e deveriam ser retirados das linhas de frente, entendemos que esses são os “brancos”, pois, nessa época, os indígenas não chegavam à universidade.

Estamos afirmando que essa historiografia apagou de suas páginas a presença indígena, conscientemente ou não, ou por desconhecimento. Quando encontramos nas informações que nos chegam através desses autores algo sendo falado a respeito dos indígenas na guerra, sentimos um discurso de negação indígena implícito na narrativa.

Assim, a discussão dos conceitos de etnogênese, mestiçagem e fronteiras híbridas e temporais permitem-nos demonstrar as ações das sociedades indígenas nos diversos momentos de sua história de contato com as sociedades ditas civilizadas. A mescla de distintas culturas nos múltiplos processos de mestiçagem não possibilita explicações simplistas que desconsideram os indígenas. Consideramos a questão da subjetividade das narrativas históricas, o lugar social de quem escreve, porém, faz-se necessário uma revisão nessas bibliografias apontadas. Novos estudos estão fazendo uma revisão na história dos indígenas chaquenhos na guerra, dando-lhes visibilidade, representando a dimensão indígena no conflito.

REFERÊNCIAS

Periódicos

El Oriente, Interdiário Liberal. Santa Cruz de La Sierra, 24 mar. 1934.

Livros

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. História e antropologia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos Domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ARGUEDAS, Alcides. **Raza de bronce.** Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 2006.

BEJARANO, Ramón César. **Antecedentes de la guerra con Bolivia.** Asunción: Casa Editorial Toledo, 1959.

BOCCARA, Guillaume (editor). **Colonización, Resistencia y Mestizaje en las Américas (siglos XVI-XX).** Quito: Edições Abya-Yala, 2002.

BOCCARA, Guillaume (editor). **Antropología diacrónica: dinámicas culturales, procesos históricos y poder**

político. In: *Logicas mestizas en America.* Chile: Instituto de estudios indígenas, 1999, p. 21-60.

BROCKMAN S. Robert. **El general u sus presidentes: vida y tiempos de Hans Kundt, Ernst Röhm y siete presidentes de Bolivia, 1911-1939.** La Paz: Plural, 2009.

CAPDEVILA, Luc; COMBÈS, Isabelle; RICHARD, Nicolás; BARBOSA, Pablo. **Los hombres transparentes. indígenas y militares en la guerra del Chaco (1932-1935).** Cochabamba: Instituto de Misionología, 2010.

CAPDEVILA, Luc; COMBÈS, Isabelle; RICHARD, Nicolás; BARBOSA, Pablo. Los fortines del “desierto”: ventanas abiertas sobre la relaciones indígenas/militares. In: CAPDEVILA, Luc; COMBÈS, Isabelle; RICHARD, Nicolás; BARBOSA, Pablo. **Los hombres transparentes. indígenas y militares en la guerra del Chaco (1932-1935).** Cochabamba: Instituto de Misionología, 2010, p. 83-120.

CARVALHO, Estevão Leitão de. **A paz do Chaco: como foi efetuada no campo de batalha.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 65-119.

CHIAVENATO, Julio José. **Guerra do Chaco (leia-se petróleo)**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

DALLA-CORTE, Gabriela Caballero. **La Guerra del Chaco: ciudadanía, Estado y Nación en el siglo XX**. La crónica fotográfica de Carlos de Sanctis. Asunción: prohistoria ediciones, 2010.

DALLA-CORTE, Gabriela Caballero. Redes y organizaciones sociales en el proceso de ocupación del Gran Chaco. **Revista de Indias**, Madrid, ES, v. LXVII, n. 240, p. 485-520, 2007.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhias das Letras, 1987.

GRANIER, Juan Chirveches. **Diario de campaña: fragmento de una vida patriótica en la Guerra del Chaco**. La Paz: Ah! Publicidad, 2004.

KLEIN, Herbert S. **Orígenes de la revolución nacional boliviana**. La Paz: Editora “G.U.M”, 2002.

KLEIN, Herbert S. **Historia de Bolivia**. La Paz: Editora “G.U.M”, 2011.

LORINI, Irma. **El Nacionalismo en Bolivia de la pre y posguerra del Chaco (1910-1945)**. La Paz: Plural Editores, 2006.

MESA, José de; MESA, Carlos; e GISBERT, Teresa. **Historia de Bolivia**. 7. Ed. La Paz: Editorial Gisbert y Cia, 2008.

NAVARRETE, Federico. A invenção da etnicidade nos Estados-nações americanos nos séculos XIX e XX. In: HEINZ, Flávio M.; MARQUES, Marluza. (Orgs) **A história e seus territórios: Conferências do XXIV Smpósio Nacional de História da ANPUH**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. (Org.) **Nacionalismo no novo mundo: a formação de Estados-nação no século XIX**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

PUENTE, Rafael Calvo. **Recuperando la memoria: una historia crítica de Bolivia**. Tomo 1. Santa Cruz: Fundación Colonial Piraj, 2011.

QUEREJAZU, Roberto Calvo. **Historia de la guerra del Chaco**. La Paz: Librería Editorial Juventud, 1998.

QUIJADA, Mónica; BERNARD, Carmen; SCHNEIDER, Arnd. **Homogeneidad y nación con un estudio de caso: Argentina siglos XIX y XX**. Madrid: CISC, 2000.

QUIJADA, Mónica; BERNARD, Carmen; SCHNEIDER, Arnd. La ciudadanización del “índio bárbaro”. Políticas oficiales y oficiosas hacia la población indígena de la pampa y la Patagonia, 1870-1920. **Revista de Indias**, Madrid, ES, v. LIX, n. 217, p. 675-704, 1999.

RATTO, Silvia. **Rompecabezas para armar: el estudio de la vida cotidiana en un ámbito fronterizo**. In: Memoria Americana. Buenos Aires: 13, 2005, p. 179-207.

RIESTER, Jürgen. Iyambae – Ser Libre: La Guerra del Chaco en la memoria indígena isoseña. In: RICHARD, Nicolas (comp.). **Mala Guerra: Los indígenas en la**

Guerra del Chaco (1932-1935). Asunción & Paris: Museo del Barro, ServiLibros & CoLibris, 2008, p. 183-202.

RONCAYOLO, Marcel. Território. In: **ENCICLOPÉDIA EINAUDI**. Região. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986. V. 08, p. 262-290.

SCHUCHARD, Barbara. Etnias y Estados nacionales durante la guerra del Chaco. Contribución al problema de la identidad indígena (el ejemplo de los isoceños-guaraníes). In: RICHARD, Nicolas (comp.). **Mala Guerra: Los indígenas en la Guerra del Chaco (1932-1935)**. Asunción & Paris: Museo del Barro, ServiLibros & CoLibris, 2008, p. 171-182.

SENA, Ernesto Cerveira de. De colônias a início dos Estados nacionais: considerações sobre as fronteiras entre Brasil e Bolívia. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, MT, v. 5, n. 2, p. 144-130, Jul./ Dez. 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes. “Território” da divergência (e da confusão): Em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio (Org.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009.

ZAVALETA, René Mercado. **Lo nacional-popular en Bolivia**. La Paz: Plural, 2008.

ZOOK, David H. Jr. **La conducción de la guerra del chaco**. Bs. As. – Asunción: Editorial Lito, 1962.

Recebido em: 08/06/2015

Aprovado em: 24/11/2015

Publicado em: 29/01/2016

NOTAS

i Em concordância com (QUIJADA, 2000, p. 143), entendemos que é um problema utilizar pares opostos estruturais como no caso “branco” e indígena, já que são construções históricas que mudam de significado ao longo do tempo, porém, seu uso facilita o entendimento da discussão.

ii Baseados nos princípios educativos do liberalismo, a lei de reforma da educação se desenvolveu fundamentalmente para a escola única e de ensino laico. As ações educativas desse período se caracterizaram pelas iniciativas de acesso e democratização da educação para as majorias; a aplicação de métodos pedagógicos; a modificação dos planos de estudos nos níveis primários e secundários; as missões pedagógicas; criação de escolas técnicas e normais. Todos esses acontecimentos deram lugar às medidas educativas do período liberal, que muitos historiadores denominam como a “época de ouro da educação boliviana”. (WEIMAR, 2009, p. 175-224).

iii Girardet em “Mitos e mitologias políticas” discute em um capítulo o que vem a ser a figura do Salvador. O autor trata do processo de heroificação de personagens históricas das sociedades. Para Girardet, a heroificação é um processo misterioso de passagem do histórico ao mítico, em que devem ser distinguidas as parcelas de real e de imaginário, de espontaneidade criadora e construção intencional. Levando em consideração a história da Bolívia, o Presidente Salamanca aparece como um Salvador desejado. Nos três tempos propostos por Girardet sobre o processo de heroificação, o tempo da espera, o tempo da presença, o tempo da lembrança, podemos dizer que Salamanca estaria localizado no tempo da espera: “aquele que se forma e se difunde à imagem de um Salvador desejado, cristalizando-se em torno dele a expressão coletiva de um conjunto, na maior parte das vezes confuso, de esperanças, de

nostalgias e de sonhos”. No caso de Salamanca, as expectativas em torno dele não se concretizaram. (GIRARDET, 1987, p. 63-96).

iv O conselho da Sociedade das Nações se reuniu em seção, no dia 11 de dezembro de 1928, quando comunicou aos governos da Bolívia e do Paraguai que buscassem por vias pacíficas uma solução para o problema estabelecido. Ainda nessa seção, ficou estabelecida a criação de uma comissão destinada a investigar as agressões mútuas que já vinham ocorrendo na região em disputa. A comissão era composta por dois delegados de cada um dos governos litigantes, e de um de cada país convidado a participar: Colômbia, Cuba, Estados Unidos, México e Uruguai. Após concluídas as investigações, a comissão seria responsável por fazer propostas para tentar solucionar amistosamente os incidentes de maneira a satisfazer as duas partes. A Comissão de Neutros, como ficou conhecida, não obteve sucesso nas negociações para evitar o conflito, por isso, continuou mediando as negociações até 1935 quando foi realizado o acordo de paz. (CARVALHO, 1958).

v Os menonitas formam um segmento religioso que surgiu durante o período da Reforma Protestante. Considerados como uma das vertentes originárias do antigo Anabatismo, especificamente o da Suíça em 1525, que se expandiu, inicialmente, para a Alemanha e para os países baixos. A denominação menonita provém do nome de uma das antigas lideranças do grupo: o ex-sacerdote Menno Simons. (TORRACA, 200, p. 35).

vi A Audiência de Charcas (hoje República de Bolívia) era a mais alta autoridade jurídica e administrativa no sul do vice-reinado do Peru durante os três séculos da colônia. A Real Audiência de Charcas foi criada pela Cédula Real de 18 de setembro de 1559 expedida pelo rei Felipe II, com o nome original de Audiencia de La Plata de Charcas. (Mesa; Mesa; GISBERT, 2008, p. 127).

vii História dominante durante o século XIX e primeiras décadas do XX, associada à busca da verdade dos fatos, história factual; com forte tradição do documento escrito como fonte histórica, na qual o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e com um método de crítica textual (em função do método, esse modelo de se fazer história era também conhecido como escola metódica), procurava trazer o acontecido na sua integridade e fidedignidade.

viii Zavaleta Mercado afirma que Patiño era burguês, um dos barões do estanho. “[...] siendo burgués hasta el fondo de su alma, era capitalista en forma, pero no nacional. [...] era como la personificación del capital [...]” (ZAVALETA, 2008, p. 169-171).

ix Los hombres transparentes é um termo utilizado por Capdevila, Combès, Richard e Barbosa (2010) em Los Hombres Transparentes: indígenas y militares en la guerra del Chaco (1932-1935), livro que utilizamos como fonte. Em nosso entendimento, o termo é utilizado como crítica a autores e historiografia que ocultam a presença indígena na guerra.

x O cholo é o mestiço boliviano da região do altiplano. É uma mescla racial em que predomina o indígena sobre o crioulo. O termo cholo carrega uma conotação negativa, de raça inferior. (ARGUEDAS, 2006, p. XVI, XXVIII).

xi Figura II – Mapa Étnico do Chaco Boreal em 1931, p. 22.